



Estado do Rio de Janeiro

Câmara Municipal de Engº. Paulo de Frontin
Plenário Jauldo Gomes Balthazar

Câmara Municipal de Engº Paulo de Frontin

Protocolo nº 1470 de 19/04/18

Livro nº 04 Flª 35/36

ASS Renata Gravina

PROJETO DE LEI Nº 004/2018

"Fica o poder Executivo autorizado a isentar do pagamento do IPTU os portadores de doenças crônicas."

Autor: Kaio José Balthazar Ferreira

A Câmara Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin, por seus representantes legais, com fulcro no Art. 14, XIII da Lei Orgânica Municipal e Art. 4 do Regimento Interno Cameral, Aprova o Seguinte Projeto de Lei.

Art. 1º Fica isento do pagamento do IPTU os proprietários dos imóveis residenciais que sejam portadores ou responsáveis legais por alguém diagnosticado como portador de doenças crônicas, do Município.

Parágrafo único: No caso de existência de mais de um imóvel em nome do beneficiário desta Lei, fica concedido a isenção unicamente do imóvel de moradia do portador da doença.

Art. 2º Para requerer a isenção do IPTU, o titular ou o seu procurador legalmente constituído deverá:

- I - Possuir laudo médico do Sistema Único de Saúde (SUS) diagnosticando a doença;
- II - Comprovar ser o responsável legal, quando couber;
- III - Preencher o requerimento acompanhado dos documentos comprobatórios.

Art. 3º No que se refere ao inciso I do artigo 2º serão aceitos, também, diagnósticos provenientes de instituições conveniadas ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 4º Entende-se por doenças crônicas aquelas enumeradas, no artigo 151 da Lei nº 8.213/91, no artigo 151 da Lei nº 13.135/2015, na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 77 /PRES/INSS, DE 21 DE JANEIRO DE 2015, na Organização Mundial da Saúde (OMS) e que vierem ser acrescentadas por Lei.

Art. 5º O titular ou o seu procurador legalmente constituído, fica obrigado a comunicar o Município, no prazo máximo de 30 dias, qualquer ocorrência que possa implicar o cancelamento do benefício de isenção.

Art. 6º O Município pode a qualquer tempo, cancelar isenções, quando caracterizada a insubsistências das razões que as determinarem.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir de 01 de janeiro de 2018. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal 970/2010.

Plenário Jauldo Gomes Balthazar, 19/04/2018.

APROVADO

Em 1ª Votação
Câmara Municipal de
Engº Paulo de Frontin
Em 23/5/18


Kaio José Balthazar Ferreira

APROVADO

Em 2ª Votação
Câmara Municip.
Engº Paulo de Frontin
Em 04/6/18

Renata Gravina



JUSTIFICATIVA

A Lei Municipal 970/2010, existente, determina ser regra a concessão de isenção de IPTU para munícipes portadores de doenças crônicas.

Todavia, há necessidade de se atentar que a referida legislação, existente, estabelece critérios para que tal isenção seja concedida.

O Art. 4º do diploma municipal, existente, prevê, taxativamente, quais as patologias classificadas como doenças Crônicas e aptas ao recebimento da isenção tributária, sendo estas as expressamente elencadas no Artigo. 6º, XIX da Lei Federal 7.713/88.

Ocorre que a legislação federal citada versa sobre isenção de Imposto de Renda e não de IPTU.

Assim como o Art. 6º, XIX versa sobre a diferença entre o valor de aplicação e o de resgate de quotas de fundos de aplicações de curto prazo.

Logo não se pode precisar, a partir da legislação federal quais as doenças crônicas que ensejam a concessão do IPTU fundada em patologias crônicas.

Sendo certo que a Legislação Federal citada na Legislação Municipal, em nada tem a ver com doenças crônicas.

Faz-se necessária a adoção de providências no que tange à legislação municipal, visto que a omissão sobre os critérios adotados para a definição de doenças crônicas impedem a aplicabilidade da lei.

Neste sentido, a emenda da legislação municipal, torna-se imperiosa visto a impossibilidade de sua aplicação atual, nos termos em que foi promulgada, para munícipes portadores de doenças crônicas.

Os portadores de doenças crônicas podem ser beneficiados com direitos a isenções fiscais previstos na legislação brasileira e na municipal.

Temos que, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que cerca de 75% das pessoas com mais de 60 anos têm alguma doença crônica e, para o Ministério da Saúde, esta é a principal causa de óbito e incapacidade prematura no país.

No Brasil, a Lei 8.213/91 elenca, em seu artigo, uma lista de doenças consideradas graves. São elas: tuberculose ativa; hanseníase; alienação mental; câncer; cegueira; paralisia irreversível e incapacitante; cardiopatia grave; doença de Parkinson; espondiloartrose anquilosante; nefropatia grave; estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante); síndrome da deficiência imunológica adquirida - AIDS; contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada; e hepatopatia grave.

Temos, ainda, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), são consideradas como crônicas as doenças cardiovasculares (cerebrovasculares, isquêmicas), as neoplasias, as doenças respiratórias crônicas e diabetes. A OMS também inclui nesse rol aquelas doenças que contribuem para o sofrimento dos indivíduos, das famílias e da sociedade, tais como as



Estado do Rio de Janeiro

Câmara Municipal de Eng.º Paulo de Frontin

Plenário Jauldo Gomes Balthazar

desordens mentais e neurológicas, as doenças bucais, ósseas e articulares, as desordens genéticas e as patologias oculares e auditivas.

Apesar da legislação trazer uma lista de doenças crônicas, o poder judiciário entende que é impossível que a legislação existente abranja todas as hipóteses. Portanto, estas listas são meramente exemplificativas, o que implica pronunciar que outras doenças poderão vir a ser consideradas doenças crônicas.

Plenário Jauldo Gomes Balthazar, 19/04/2018.

Kaio José Balthazar Ferreira

APROVADO
Em 1ª Votação
Câmara Municipal de
Eng.º Paulo de Frontin
Em 23/5/18

APROVADO
Em 2ª Votação
Câmara Municipal de
Eng.º Paulo de Frontin
Em 04/6/18



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
Plenário Jauldo Gomes Balthazar

Projeto de Lei nº 004/2018.

Ementa: Autoriza o Poder Executivo a isentar, do IPTU, os portadores de doenças crônicas.

O Presidente *ad hoc* da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, com fulcro no Regimento Interno da Casa, bem como da LOMEPF, apresenta as considerações ao objeto, segundo as razões do Relator abaixo dispostas.

Relatório

Trata-se de Projeto de Lei nº 004/2018, de autoria do Vereador Kaio José Balthazar, que dispõe sobre a possibilidade do Poder Executivo isentar, do IPTU, os portadores de doenças crônicas.

Mérito

Quanto ao mérito, diante do que consta no projeto de Lei, à apreciação desta Comissão, encontra-se de acordo com as regras Regimentais e Legais, inexistindo qualquer fator impeditivo de seu prosseguimento. Segundo o entendimento deste Relator, a matéria trazida a lume, não se mostra contrária a qualquer regra constitucional ou conflitante com o regramento legal vigente. Ante o exposto, opinamos no sentido da aprovação da matéria por esta comissão.

Sendo assim, opino pelo **PROSSEGUIMENTO** ao plenário e aprovação do projeto.

É o parecer.

Plenário da Câmara, 21 de maio de 2018.

Moisés dos Santos Rocha

Presidente



Estado do Rio de Janeiro

Câmara Municipal de Eng.º Paulo de Frontin

Plenário Jauldo Gomes Balthazar

Andamento Processual

Processo nº CM 1470/2018 Data 29/04/2018
Origem Legislativa Processo nº _____
Assunto Projeto de Lei nº 004/2018
Prazo _____ Terminado do Prazo _____

Despacho

Da Secretaria da Câmara para expediente Data: ____/____/____
Rubrica: _____

Recebido pela Mesa em ____/____/____
Da Mesa para: _____ Em: ____/____/____

Recebido pela Comissão em ____/____/____ Rubrica: _____

Com cada reunião da Comissão para: ____/____/____ às ____ hs

APROVADO
Em 1ª Votação
Câmara Municipal de
Eng.º Paulo de Frontin
Em 28/5/18
Plenário com Parecer em: ____/____/____

Da tramitação em Plenário: Andamento do Processo

ENCAMINHADO PARA A COMISSÃO DE LEGISLATURA 18/04/18
ENCAMINHADO PARA PARECER EM CONJUNTO COMISSÃO DE
LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REMOÇÃO FUM E COMISSÃO DE
FINANÇAS E ORÇAMENTO.
Foi encaminhado para o vereador a Doc. Marques dos
Santos Rocha; 14 de maio de 2018.
21/05/2018 Júlio Cesar pediu vista.
Foi aprovado por unanimidade em 28/05/2018.
em 1ª Votação
Foi aprovado por unanimidade em 2ª Votação
04/06/2018.

APROVADO
Em 2ª Votação:
Câmara Municip.
Eng.º Paulo de Frontin
Em 04/6/18